

Formulário de Resposta aos recursos - CES C02 – ASSESSOR DE PROCURADOR

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 39 TIPO 2: 37 TIPO 3: 37	A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 41 TIPO 2: 50 TIPO 3: 44	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvos as invocadas para eximir-se de obrigação legal a todos impostas e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>Essa alternativa está em conformidade com o inciso VIII do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz:</p> <p>“Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”</p> <p>Ou seja, a Constituição garante a liberdade de crença e convicções desde que não sirvam como desculpa para descumprir obrigações legais sem assumir uma prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>A) Errada — A Constituição garante a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato (Art. 5º, IV). Ou seja, o anonimato não é legitimado em quaisquer circunstâncias.</p> <p>(C) Errada — A Constituição proíbe a censura e exige liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação (Art. 5º, IX). Não se permite autorização prévia nem análise de conformidade por órgão regulador.</p> <p>(D) Errada — A entrada em domicílio durante a noite não pode ocorrer mesmo com ordem judicial, exceto com consentimento do morador, em flagrante, desastre ou socorro. A ordem judicial só permite entrada de dia.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>(Art. 5º, XI)</p> <p>(E) Errada — A Constituição de fato garante que a criação de associações e cooperativas independe de autorização (Art. 5º, XVIII), mas não veda totalmente a interferência estatal; por exemplo, há exceções previstas em lei (como dissolução por decisão judicial).</p>		
TIPO 1: 42 TIPO 2: 38 TIPO 3: 50	<p>A alternativa correta é: (D) Acesso à informação.</p> <p>A Constituição Federal de 1988, no art. 6º, elenca os direitos sociais, que são garantias fundamentais asseguradas a todos os cidadãos para garantir uma existência digna.</p> <p>Veja o que diz o artigo 6º da Constituição Federal:</p> <p>"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."</p> <p>Com base nisso:</p> <p>(A) Proteção à maternidade - É um direito social (explicitamente citado).</p> <p>(B) Assistência aos Desamparados - É um direito social (explicitamente citado).</p> <p>(C) Educação - É um direito social (explicitamente citado).</p> <p>(E) Previdência social - É um direito social (explicitamente citado).</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 45 TIPO 2: 49 TIPO 3: 46	<p>A presente questão foi anulada por apresentar duas alternativas que podem ser consideradas corretas.</p>	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 49 TIPO 2: 39 TIPO 3: 36	<p>A alternativa INCORRETA é a (C).</p> <p>(A) CORRETA: O Artigo 579 do Código Civil define o comodato como o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, e o Artigo 581 estabelece que ele se perfaz com a tradição do objeto.</p> <p>(B) CORRETA: O Artigo 586 do Código Civil define o mútuo como o empréstimo de coisas fungíveis, e o Artigo 587 obriga o mutuário a restituir o que recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.</p> <p>(C) INCORRETA: O Artigo 595 do Código Civil estabelece que, no contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o instrumento poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>testemunhas, e não três.</p> <p>(D) CORRETA: O Artigo 613 do Código Civil dispõe que, se o empreiteiro só forneceu mão de obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.</p> <p>(E) CORRETA: O Artigo 653 do Código Civil define o mandato como o negócio jurídico pelo qual alguém recebe poderes de outrem para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, sendo a procuração o instrumento desse contrato.</p>		
<p>TIPO 1: 50</p> <p>TIPO 2: 47</p> <p>TIPO 3: 38</p>	<p>A questão apresentada foi anulada por não possuir nenhuma alternativa que contemple a resposta correta, uma vez que, após análise detalhada, apenas a afirmativa I se mostra verdadeira de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).</p>	DEFERIDO	ANULADA